Queiroz Galvão S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Queiroz Galvão S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Queiroz Galvão S.A. (“Companhia’’) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Queiroz Galvão S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2021 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as demonstrações contábeis, as quais indicam que a Companhia vem incorrendo em prejuízos recorrentes, apresenta capital circulante negativo e prejuízos acumulados no montante de R$ 1.269.123 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, decorrentes de dificuldades encontradas nas suas operações. Esses fatores indicam e podem levar a existência de incerteza, que podem levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfases

a) Operação Lava jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17 (a) às demonstrações contábeis, a controlada Construtora Queiroz Galvão S.A. (CQG) tem sido alvo de investigações no âmbito da operação denominada “Lava Jato”, conforme noticiado. No contexto dessa operação, alguns processos administrativos e judiciais foram instaurados, porém, até o momento, não houve qualquer decisão em tais processos que afetem a Companhia e as suas controladas e/ou seus representantes legais em sua capacidade de dar prosseguimento normal às atividades da Companhia.

Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

b) Tribunal de Contas da União - TCU

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17 (b) o TCU, em sessão plenária de julgamento do processo de acompanhamento de auditoria de conformidade de contratos, realizada em 22.03.2017, tendo como entidade fiscalizada a Eletrobrás Termonuclear S.A., proferiu acórdão, onde decidiu declarar a inidoneidade de 4 (quatro) das 7 (sete) empresas integrantes do consórcio contratado para construção e montagem eletromecânica da Usina Angra 3, dentre elas a controlada Construtora Queiroz Galvão S.A (CQG), “para participar, por 5 (cinco) anos, de licitação na Administração Pública Federal.” A CQG havia interposto recurso denominado Pedido de Reexame, o qual, no entanto, fora denegado em 20 de março de 2019, tendo sido rejeitados, ainda, embargos de declaração face a essa decisão.

Ao longo do tempo a CQG tomou as medidas judiciais cabíveis e após a rejeição de Embargos de Declaração pelo TCU em 30 de abril de 2019, a CQG apresentou, em 25 de junho de 2019, o chamado Pedido de Reexame, tendo sido deferido efeito suspensivo ao referido Pedido, ocasião em que se mantêm suspensos os efeitos da decisão de mérito do Tribunal.

Em julho de 2020, o Pedido de Reexame foi julgado desprovido pelo TCU contra essa decisão, e a CQG interpôs novos Embargos de Declaração, recurso com efeito suspensivo, mantendo, portanto, suspensos os efeitos da decisão de mérito do Tribunal.

Em 24/02/2021, o TCU levou a julgamento os Embargos de Declaração apresentados pela CQG, tendo-os desprovido, encerrando o procedimento na seara administrativa. A partir disso, a CQG ingressou com Mandado de Segurança junto ao STF, requerendo liminar para a suspensão da sanção.

Em 22/03/2021, em decisão monocrática do Min. Roberto Barroso, foi concedida a liminar pleiteada para suspender integralmente a penalidade.

Em 30/03/2021, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal julgou, de forma definitiva, o Mandado de Segurança interposto contra a sanção de inidoneidade aplicada pelo TCU no caso de Angra 3. Por maioria, o colegiado concedeu a ordem buscada no Mandado de Segurança para anular a condenação da Corte de Contas.

Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados dos referidos processos e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

© 2021 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

c) Controladoria Geral da União – CGU

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17 (c) a controlada Construtora Queiroz Galvão S.A. foi parte requerida perante a CGU no Processo nº 00190.025830/2014-63 (“PAR”), onde sobreveio declaração de inidoneidade da CQG. Tal decisão adveio do Processo Administrativo de Responsabilização que foi instaurado em 02/12/2014 com o propósito de apurar “suposto cometimento de ilicitudes concernentes ao pagamento de propina” presumidamente realizados pela CQG “a funcionários/dirigentes da PETROBRAS, bem como do conluio entre empresas do mesmo ramo de atuação no contexto das licitações e contratos celebrados”, supostamente ocorridas em período anterior a 2014.

A CQG apresentou sua defesa em 25/04/2018, porém a CGU entendeu por bem rejeitar as alegações de defesa da CQG e, em janeiro de 2020, propôs a declaração de inidoneidade da CQG para participar de licitações promovidas pela Administração Pública, com fundamento no art. 87, IV da Lei n º 8.666/1993.

Em face desta decisão, a CQG interpôs recurso administrativo (Pedido de Reconsideração), no qual postulou que a decisão fosse reconsiderada. Por fim, em maio de 2020 a CQG ingressou na Justiça Federal do Distrito Federal com ação judicial contra a decisão da CGU, tendo obtido liminar para suspender os efeitos da decisão da CGU.

Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados dos referidos processos e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

d) Apresentação de demonstrações contábeis consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.(a) a Companhia não está apresentando nesse relatório demonstrações contábeis consolidadas. Foram elaboradas e estão sendo apresentadas em separado, na data de aprovação destas demonstrações contábeis, para propósito específico demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Queiroz Galvão S.A. e suas controladas, as quais contemplam, identificadas como Controladora, todas as informações apresentadas nessas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 28 de maio de 2020, sem modificação, contendo os mesmos parágrafos de ênfase e incerteza relacionados com a continuidade operacional das investidas da Companhia.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia realizou ajustes e reclassificações, visando uma melhor apresentação das demonstrações contábeis. Revisamos tais ajustes e reclassificações e não temos quaisquer exceções quanto ao assunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre essas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

© 2021 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis , a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

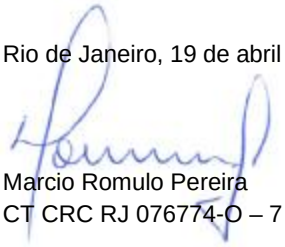
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis , independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2021 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2021.



Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ 076774-O – 7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP 025.583/O-1

© 2021 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2020	**Reapresentado** 31.12.2019	**Reapresentado** 01.01.2019	**Passivo**	Nota	31.12.2020	**Reapresentado** 31.12.2019	**Reapresentado** 01.01.2019
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes	5	58	1.102	12.688	Fornecedor		656	111	413
Impostos a compensar	6	15.924	23.783	29.277	Debêntures e financiamentos	11	26.656	-	111.280
Outras contas a receber	7	8.908	6.889	5.892	Obrigações fiscais e sociais		1.733	1.311	1.274
		24.890	31.774	47.857	Salários e encargos		4.936	2.937	1.631
					Outras contas a pagar		504	5	2
Não circulante							34.485	4.364	114.600
Partes relacionadas	10	129.789	-	-					
					Não circulante				
Investimentos					Debêntures e financiamentos	11	2.343.208	2.400.352	286.945
Controladas e coligadas	8.a	3.465.205	3.761.648	3.452.761	Partes relacionadas	10	-	4.385	736.011
Outros investimentos	8.a	207	367.860	367.860	Provisão para para perda em investimento	8.b	864.388	969.657	2.155.436
Imobilizado	9	342	18	10			3.207.596	3.374.394	3.178.392
		3.595.543	4.129.526	3.820.631	Patrimônio líquido				
					Capital social	12	1.235.000	1.235.000	1.235.000
					Reserva de capital		847.929	847.929	847.929
					Transações de capitais entre sócios		(162.029)	(162.029)	(155.189)
					Reserva de reavaliação		767	767	767
					Reserva de lucro		-	-	544.972
					Prejuízo acumulado		(1.269.123)	(591.583)	-
					Ações em tesouraria		(140.830)	(140.830)	(140.830)
					Resultado abrangente		(349.239)	(622.588)	(1.973.031)
					Ajuste de avaliação patrimonial		215.878	215.878	215.878
							378.352	782.543	575.496
Total do Ativo		3.620.433	4.161.300	3.868.488	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.620.433	4.161.300	3.868.488

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	31.12.2020	**Reapresentado** 31.12.2019
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas administrativas	13	(72.959)	(39.485)
Despesas depreciação		(10)	(5)
Despesas tributárias		(234)	(335)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(627.851)	(756.030)
Outros resultados operacionais	14	39.217	6.125
		(661.837)	(789.730)
Receitas financeiras		301	72.565
Despesas financeiras		(16.004)	(419.390)
	15	(15.703)	(346.825)
Prejuízo do exercício		(677.540)	(1.136.555)
Prejuízo por ação		(0,0006)	(0,0011)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	31.12.2020	**Reapresentado** 31.12.2019
Prejuízo do exercício	(677.540)	(1.136.555)
Outros Resultados Abrangentes:		
Plano de opção - investida	2.336	(4.541)
Ajuste de avaliação patrimonial refexa	21.676	(4.508)
Reversão da provisão para perda em investimento	-	1.371.418
Ajuste de conversão de investimento no exterior	249.337	(11.926)
Resultado abrangente total	(404.191)	213.888

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

					Reserva de lucro						
	Capital social	Reserva de capital	Transação de Capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Resultado abrangente	Ajuste avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	1.235.000	847.929	(155.189)	767	184.194	360.778	-	(140.830)	(1.973.031)	215.878	575.496
Ajuste Avaliação Patrimonial - Investidas	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.508)	-	(4.508)
Reversão de provisão - investida	-	-	-	-	-	-	-	-	1.371.418	-	1.371.418
Transações de Capitais entre sócios	-	-	(6.840)	-	-	-	-	-	-	-	(6.840)
Prejuizo do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.136.555)	-	-	-	(1.136.555)
Plano de opção de ações - investidas	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.541)	-	(4.541)
Ajuste de conversão de investimentos no exterior - investidas	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.926)	-	(11.926)
Compensação de prejuízos	-	-	-	-	(184.194)	(360.778)	544.972	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	1.235.000	847.929	(162.029)	767	-	-	(591.583)	(140.830)	(622.588)	215.878	782.544
Ajuste Avaliação Patrimonial - Investidas	-	-	-	-	-	-	-	-	21.676	-	21.676
Prejuizo do exercício	-	-	-	-	-	-	(677.540)	-	-	-	(677.540)
Plano de opção de ações - investidas	-	-	-	-	-	-	-	-	2.336	-	2.336
Ajuste de conversão de investimentos no exterior - investidas	-	-	-	-	-	-	-	-	249.337	-	249.337
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.235.000	847.929	(162.029)	767	-	-	(1.269.123)	(140.830)	(349.239)	215.878	378.352

As notas explicativas da adminitração são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31.12.2020	**Reapresentado** 31.12.2019
Prejuízo do exercício	(677.540)	(1.136.555)
Ajustes por:		
Depreciação	10	5
Resultado de equivalência patrimonial	627.851	756.030
Resultado ajustado	(49.679)	(380.520)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Diminuição (aumento) em impostos a compensar	7.859	5.492
Diminuição (aumento) em outras contas a receber	(2.020)	(997)
Diminuição (aumento) em partes relacionadas	(134.174)	(731.626)
Aumento (diminuição) em fornecedor	545	(302)
Aumento (diminuição) em obrigações fiscais e outras contas a pagar	922	39
Aumento (diminuição) em salários e encargos e dividendos	2.000	1.306
Aumento (diminuição) provisão de contingência	-	(1.232.469)
Caixa líquido aplicado nas operações	(174.547)	(2.339.077)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Valores recebidos de controladas	-	(1.011.351)
Aquisição Imobilizado	(334)	(13)
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	119
Transações de capitais entre sócios	-	(18.343)
Reversão de provisão - investida	-	1.371.418
Dividendos recebidos	204.326	-
Plano de opção de ações - investidas	-	4.843
Constituição provisão de investimentos no exterior - investida	-	(11.926)
Caixa líquidos gerados das atividades de investimentos	203.992	334.747
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
(Pagamento)/Recebimento de empréstimo / financiamento	(30.488)	2.002.127
Reversão de juros s/ capital próprio	-	(9.383)
Caixa líquido (aplicados nas) gerados pelas atividades do financiamento	(30.488)	1.992.744
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(1.044)	(11.586)
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	1.102	12.688
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	58	1.102
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(1.044)	(11.586)

As notas explicativas da adminitração são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional

1.1 - Objeto social

A Queiroz Galvão S.A. (QGSA ou Companhia) é uma holding de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 1998, como parte do amplo processo de reestruturação societária do Grupo Queiroz Galvão, novos planos estratégicos e de realinhamento das operações por áreas de negócios. Neste contexto a Companhia tem como atividade preponderante a participação como acionistas ou cotistas de outras empresas e o assessoramento e a administração de empresas.

Em AGE realizada em 31 de agosto de 1998, os acionistas aprovaram a incorporação ao patrimônio líquido de ações de propriedade dos subscritores em outras sociedades do mesmo Grupo Queiroz Galvão através de procedimento previsto na legislação brasileira denominada conversão de empresas existentes em subsidiárias integrais da sociedade por ações Queiroz Galvão S.A.; mediante incorporação de todas as ações daquelas ao patrimônio líquido desta.

1.2 Operações da Companhia

As subsidiárias diretas da Queiroz Galvão S.A., e suas respectivas áreas de negócios são:

Construtora Queiroz Galvão S.A.- CQG

A Construtora Queiroz Galvão S.A.(CQG) , desenvolve regularmente suas atividades, promovendo as operações financeiras e securitárias inerentes à natureza dos seus serviços, atuando na indústria da construção civil, preponderantemente, nos segmentos: metroviário, de usinas hidrelétricas e barragens, executando pontes, túneis, viadutos, construções portuárias, edifícios, estradas e serviços de montagem industrial.

Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.

A Sociedade participa no capital de outras empresas objetivando desenvolver negócios nas áreas de concessões públicas de transportes (rodoviário e metroviário), energia, produtos agrícolas, cimentos, alimentos, siderurgia e infraestrutura e saneamento.

BS-3 S.A.

A BS-3 S.A. tem como objetivo social e específico a realização de investimentos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, realização de estudos e projetos de engenharia, e participação em consórcios. Atualmente a Sociedade ainda não exerce atividades operacionais.

VITAL Engenharia Ambiental S.A.

Fomentar a participação do Grupo Queiroz Galvão nas áreas de prestação de serviços ou concessões de serviços públicos de limpeza urbana, construção de aterros sanitários, e outros afins.

Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A.

Incrementar na Sociedade as atividades de compra e venda de imóveis, desmembramento e loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de imóveis destinados à venda.

ENAUTA Participações S.A.

Sociedade de capital aberto com participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados.

Queiroz Galvão Naval S.A.

Participação em sociedades que se dediquem substancialmente engenharia, construção, montagem, serviços de reparo de navios e outros produtos da área naval.

QGSEE Participações Ltda.

Participação em sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social envolva: a) a exploração da indústria de construção civil, inclusive de obras públicas; b) a importação, exportação, peças, equipamentos, bens e serviços ligados a obras de engenharia e construção civil; c) o comércio de materiais, bens e serviços de construção em geral.

Queiroz Galvão Empreendimentos Ltda.

Participação em mercado preponderantemente de empreendimentos imobiliários econômicos, com mais flexibilidade e agilidade.

ORBIS Ambiental S.A.

A Orbis, por seu turno, foca suas atividades na área de controle, operação, manutenção e funcionamento de aterro sanitário, atuando acessoriamente nas demais atividades.

ENGETEC Construções e Montagens S.A.

É uma sociedade de capital fechado, tem como objetivo as seguintes atividades: a) construção industrial e civil, e montagens industriais e civil, de obras públicas ou da iniciativa privadas, a compra, venda, importação e exportação de materiais, peças e equipamentos, ligados a essas atividades; b) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos; e c) participação em outras sociedades e consórcios, no Brasil e no exterior, quando ligadas às atividades de seu objeto social.

1.3 Efeitos da pandemia do COVID-19

A Queiroz Galvão S.A. adotou providências para que seus empreendimentos pudessem continuar operando, e manteve em andamento quase a totalidade dos empreendimentos, sendo somente as obras da Transbrasil paralisadas de março a maio de 2020, mas já retornando às atividades.

Não obstante todo o esforço operacional empregado, a Queiroz Galvão S.A também adotou medidas para preservação de caixa, em linha com todo a legislação emanada pelos Municípios, Estados e União com relação ao enfrentamento da Pandemia Covid-19. Entre elas podemos citar: a colocação de 100% do quadro de funcionários em regime de home-office, a redução percentual de salários, e a postergação de tributos entre outros.

A Administração da Companhia e de suas controladas tem envidado os maiores esforços para a preservação de emprego e manutenção da renda, permanecendo em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança de seus empregados e usuários, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia e de suas controladas.

Entendemos que a retomada da atividade econômica, associada ao fim das restrições de movimentação e contato social, trará importante impulso aos setores de infraestrutura e de construção, beneficiados pelos juros mais baixos e retomada dos programas de investimentos públicos e concessões.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos da Covid-19 em seus negócios e nos de suas controladas, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração concluiu que não houve efeitos materiais que afetassem significativamente a sua situação patrimonial e financeira em relação as suas demonstrações contábeis. Entretanto, o efeito financeiro e econômico para o Grupo dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica. A Administração continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A Companhia não está apresentando nesse relatório demonstrações contábeis consolidadas. Foram elaboradas e estão sendo apresentadas em separado, na data de aprovação destas demonstrações contábeis, para propósito específico demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Queiroz Galvão S.A. e suas controladas, as quais contemplam, identificadas como Controladora, todas as informações apresentadas nessas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pela Administração em 19 de abril de 2021.

b) Continuidade

Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que possua recursos para dar continuidade a seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d).

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

1. Transações e saldos:

As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

2. Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros,

provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

2.2 Novas normas e pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis:

Na data de autorização destas informações contábeis intermediárias, a Companhia e suas controladas não adotaram os CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações no CPC 36(R3)/IFRS 10 e no CPC 18(R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Postergada indefinidamente
Alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16	Reforma da taxa de juros de referência	A partir de 1º. de janeiro de 2021.
Alterações ao CPC 27/IAS 16	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	A partir de 1º. de janeiro de 2022.
Alterações ao CPC 15/IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	A partir de 1º. de janeiro de 2022.
Alterações ao CPC 26/IAS 1)	Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante	A partir de 1º. de janeiro de 2023.

A administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias em períodos futuros.

3- Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa n° 5.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo os passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Investimentos

Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial.

Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia. O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada.

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis.

e) Redução ao valor recuperável de não financeiros (impairment)

Ativos não financeiros

Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A cada encerramento do exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

f) Provisões

(i) Geral

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(ii) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas.

g) Resultado básico por ação

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

h) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4- Reapresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia concluiu que, com o objetivo de apresentação das boas práticas contábeis, reapresenta nestas demonstrações, as demonstrações utilizadas até 31 de dezembro de 2019 descritas abaixo, de forma retrospectiva, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Retificação de Erro. Como resultado desse processo, ajustes e reclassificações foram identificados e efetuados nas demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 2020. Assim, as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 incluem, para fins de comparação, as cifras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019. Os ajustes não produziram efeitos no saldo de caixa e equivalentes de caixa. As mudanças efetuadas que resultaram em ajustes estão resumidas a seguir:

a) Queiroz Galvão S.A.

	31/12/2019		
ATIVO	Original	Ajustes	Reapresentado
Outros	399.654	-	399.654
Investimento	3.934.703	(173.055)	3.761.648
Total do Ativo	4.334.357	(173.055)	4.161.302
PASSIVO			
Outros	2.409.101	-	2.409.101
Provisão para perda em investimento	922.966	46.691	969.657
Total do Passivo	3.332.067	46.691	3.378.758
PATRMÔNIO LÍQUIDO			
Prejuízos acumulados	(358.144)	(233.439)	(591.583)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	197.677	13.693	211.370
Outros	1.162.757	-	1.162.757
Total do Patrimônio Líquido	1.002.290	(219.746)	782.544
Total do Passivo e Patrimônio líquido	4.334.357	(173.055)	4.161.302

b) Construtora Queiroz Galvão S.A.

	31/12/2019		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Original	Ajustes	Reapresentado
Prejuízos acumulados	(460.616)	(167.906)	(628.522)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(114.625)	6.817	(107.808)
Outros	2.212.227		2.212.227
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.636.986	(161.089)	1.475.897

c) Enauta Participações S.A.

	31/12/2019		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Original	Ajustes	Reapresentado
Reserva de capitais	18.676	10.912	29.588
Prejuízos acumulados	-	(29.909)	(29.909)
Outros	2.876.858	-	2.876.858
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (i)	2.895.529	(18.997)	2.876.537

(i) A QGSA possui 63% de participação de capital social conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

d) Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A.

	31/12/2019		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)	Original	Ajustes	Reapresentado
Prejuízos acumulados	(824.024)	(46.691)	(870.715)
Outros	291.740	-	291.740
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)	(532.284)	(46.691)	(578.975)

5- Caixa e Equivalente de Caixa

a) Caixa e equivalente de Caixa	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	9	9
Depósitos bancários à vista	48	41
	57	50
b) Aplicações financeiras		
Renda fixa ***(i)***	1	1.052
	58	1.102

(i) As aplicações financeiras referem-se a instrumentos de renda fixa (operações compromissadas e CDBs), remunerados em média à taxa de 98,5% do CDI (95% em 31.12.2019).

6- Impostos a Compensar

	31.12.2020	31.12.2019
IRRF s/ aplicação financeira	-	51
IRPJ saldo negativo	390	326
Crédito processo PIS/COFINS ***(a)***	15.534	23.406
	15.924	23.783

a) Refere-se a crédito de processo transitado e julgado, que discutiu a base de cálculo do PIS e da COFINS da Lei 9.718/98.

7- Outras Contas a Receber

	31.12.2020	31.12.2019
Adiantamento a fornecedor	2.085	1.645
Adiantamento funcionário	207	181
Cauções	38	38
Contas a receber	1.553	-
Outros adiantamentos concedidos	5.025	5.025
	8.908	6.889

8- Participações em Sociedades Controladas e Coligadas (reapresentado)

a) Composição do investimento

A conta de investimentos em coligadas e controladas apresenta a seguinte composição:

		31.12.2019		31.12.2018	
Empresas:	%	Valor do Investimento	Resultado de Equivalência	Valor do Investimento	Resultado de Equivalência
Construtora Queiroz Galvão S.A.	100	1.397.755	(268.630)	992.206	69.320
Vital Engenharia Ambiental S.A.	30,65	184.186	30.032	171.715	24.678
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	100	244.912	(10.945)	-	-
Enauta Participações. S.A.	63	1.824.184	135.741	2.015.743	267.891
Engetec Participações Engenharia Construções S.A.	93,93	208.622	(12.153)	209.789	(1.234)
Queiroz Galvão Naval S/A	100	-	-	150.167	132.280
BS 3 S/A	100	6	(6)	2	(2)
Queiroz Galvao Empreendimentos Ltda.	100	55.462	(2.333)	54.904	(7.708)
Orbis Ambiental S.A.	30,65	19.576	4.150	15.426	315
QGSEE Participações Ltda.	100	-	-	3.897	(5.854)
(a) Investimentos em controladas		**3.934.703**		**3.613.849**	
QGSEE Participações Ltda.	100	(1.377)	(5.575)	-	-
Queiroz Galvão Naval S/A	100	(21.445)	(263.578)	-	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A.	100	(532.284)	(297.200)	(318.060)	(432.545)
Outros investimentos	100	(367.860)	-	(367.860)	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	100	-	-	(1.469.516)	(367.076)
(b) Provisão para perdas em investimentos		**(922.966)**		**(2.155.436)**	
Total de equivalência patrimonial			**(690.497)**		**(318.935)**

b) Movimentação do investimento

Investida	31.12.2019 original	valor da reapresentação	31.12.2019 reapresentado	Outras variações *(i)*	Resultado abrangente	Equivalência patrimonial	31.12.2020
Construtora Queiroz Galvão	1.397.755	(161.089)	1.236.666	(207)	109.600	(163.031)	1.183.028
Vital Engenharia Ambiental	184.186	-	184.186	(10.329)	4.163	35.345	213.365
Orbis Engenharia Ambiental	19.576	-	19.576	(4.996)	-	3.455	18.035
Engetec Const. Montagens	208.622	-	208.622	-	1	(17.246)	191.377
Enauta Participações	1.824.184	(11.966)	1.812.218	(186.664)	32.307	78.091	1.735.950
Queiroz Galvao Empreendimentos	55.463	-	55.463	-	(8.830)	(17.045)	29.588
Queiroz Galvao Desenvolvimento de Negócios	244.912	-	244.912	-	(51.783)	(99.273)	93.856
BS 3 S/A	5	-	5	-	-	-	5
Total dos investimentos (a)	**3.934.703**	**(173.055)**	**3.761.648**	**(202.196)**	**85.458**	**(163.400)**	**3.465.205**
Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliário S.A	(532.284)	(46.691)	(578.975)	-	35.424	(270.855)	(814.406)
Queiroz Galvao Naval	(21.445)	-	(21.445)	-	149.856	(170.870)	(42.459)
QGSEE Participações	(1.377)	-	(1.377)	-	275	(6.421)	(7.523)
Outros investimentos	(367.860)		(367.860)	367.860	-	-	-
Provisão perda investimento (b)	**(922.966)**	**(46.691)**	**(969.657)**	**367.860**	**185.555**	**(448.146)**	**(864.388)**
Investimento líquido	**3.011.737**	**(219.746)**	**2.791.991**	**165.664**	**271.013**	**(611.546)**	**2.600.816**

(i) Detalhamento dos valores de outras variações:

	CQG	Vital	Orbis	Enauta	Outros invest.
Dividendos recebidos	-	(10.329)	(4.996)	(189.000)	-
Plano Opção de ações / Ações em tesouraria	-	-	-	2.334	-
Redução Capital Social	(207)	-	-	-	-
Fundo Investimento	-	-	-	-	(367.860)
Total	(207)	(10.329)	(4.996)	(186.664	(367.860)

9- Imobilizado

	Vida útil Estimada (Anos)	31.12.2019	31.12.2020		
		Custo	Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Equipamentos de informática	10	28	312	(20)	320
Outros imobilizados		-	22	-	22
		28	334	(20)	342

	2019			
	Vida útil Estimada (Anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Equipamentos de informática	10	28	(10)	18
		28	(10)	18

10- Partes Relacionadas

Empresas:	31.12.2020		31.12.2019	
	A pagar	A receber	A pagar	A receber
Construtora Queiroz Galvão	(70.032)	-	-	3.762
Queiroz Galvão Desenvolvimento Negócios	-	35.606	-	-
Vital Engenharia Ambiental	-	714	-	714
Engetec P. Engenharia e Construções	-	121.412	-	4.273
Queiroz Galvão Empreendimento	-	520	-	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário	-	26.084	(13.873)	-
Queiroz Galvão Naval	-	15.485	-	739
	(70.032)	199.821	(13.873)	9.488

	31.12.2020	31.12.2019
A pagar	(70.032)	(13.873)
A receber	199.821	9.488
Total líquido	129.789	(4.385)

a) Operações com partes relacionadas basicamente se referem a mútuos sem prazo de vencimento ou taxa de remuneração.

b) Remuneração da administração: A Companhia não possui Conselho de Administração, sendo a administração da Companhia exercida pela Diretoria. A Diretoria foi reeleita em Assembleia Geral Extraordinária de 23/03/2021. Os diretores são todos empregados da Companhia e suas remunerações se baseiam em contratos de trabalho, regido pelas regras da CLT.

11- Debêntures e financiamentos

a) Em outubro de 2019 o Grupo Queiroz Galvão concretizou a reestruturação de suas dívidas financeiras. No processo de reestruturação a QG S/A assumiu dívidas de suas subsidiárias, alongando o prazo por 18 anos, considerando um ano de carência de juros e início de amortização no segundo semestre de 2021, da mesma forma do alongamento de suas dívidas.

As modalidades CCB e Debêntures, fizeram parte de um processo de reestruturação financeira do Grupo. O prazo final para pagamento será em 2037.

			31.12.2020		31.12.2019	
Emissão	Modalidade	Encargos	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Itau - BBA	C C B	130% CDI	1.690	120.980	-	147.476
1ª emissão – 1-2 série	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	31.729	-	30.061
2ª emissão – 1-10 série	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	115.445		109.378
3ª emissão – 1-10 série	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	60.662		57.474
4ª emissão - série única	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	17.811		16.875
6ª emissão – 1ª série	Debêntures	130% CDI	18.938	1.355.983	-	1.390.463
6ª emissão – 2ª série	Debêntures	130% CDI	5.514	394.834	-	404.873
7ª emissão – série única	Debêntures	110% CDI	-	208.965	-	206.017
6ª emissão – 3ª série	Debêntures	130% CDI	514	36.799	-	37.735
			26.656	2.343.208	-	2.400.352

12- Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social subscrito e integralizado é representado por 1.020.291.386 (um bilhão e vinte milhões, duzentos e noventa e um mil, trezentos e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas e 36.000.000 (trinta e seis milhões) ações preferenciais, ambas sem valor nominal equivalente a R$ 1.235.000. Em 31 de dezembro de 2020 o valor patrimonial por lote de 1.000 ações era de R$ 437,30 e R$ 819,07 em 2019.

b) Dividendos

De acordo com os estatutos, é assegurado aos acionistas da companhia um dividendo mínimo obrigatório de 3% do lucro líquido ajustado na forma legal.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da lei nº. 6.404/76.

d) Resultado por ação

	31.12.2020	31.12.2019
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(661.235)	(1.136.555)
Quantidade de ações	1.056.291.386	1.056.291.386
Prejuízo por ação	(0,006)	(0,011)

e) Ações em Tesouraria

A Companhia autorizou a recompra de ações ordinárias de sua emissão em 2007, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação.

f) Transação de capital entre sócios

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a controlada Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A. efetuou a aquisição e venda de investimentos. Essas transações, registradas entre empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios minoritários, e tiveram os seguintes efeitos no patrimônio líquido:

	31/12/2019
Saldo ao início do exercício	(155.189)
Perda na recompra de ações da REFISA	(6.840)
Saldo ao final do exercício	(162.029)

g) Ajuste de Avaliação patrimonial

Refere-se basicamente a reavaliação para bens do ativo imobilizado custo atribuído (‘’deemed cost’’) efetuado em 2007, na adoção inicial conforme CPC 37. A adoção do custo atribuído é aplicável somente na adoção inicial, não sendo admitida a revisão da avaliação em períodos subsequentes. O efeito trazido ao balanço da Companhia tem origem na controlada Construtora Queiroz Galvão S.A.

13- Despesas Administrativas

	31.12.2020	31.12.2019
a) Despesas Administrativas		
Despesas c/ Pessoal	(58.121)	(28.443)
Despesas c/ Serviços Prestados	(13.246)	(6.415)
Despesas gerais **(i)**	(1.592)	(4.627)
Total	(72.959)	(39.485)

(i) Os custos gerais basicamente se referem a aluguéis, utilidades, seguros e custos com equipamentos

14- Outros resultados operacionais

	31.12.2020	31.12.2019
Resultado na baixa do imobilizado	(4)	-
Receitas eventuais	32	1.806
Dividendos recebidos outros investimentos	2.551	4.319
Outros resultados (i)	36.638	-
	39.217	6.125

(i) Valores referentes a recuperação de custos nos contratos operacionais da área administrativa das investidas (direta e indireta).

Investida	Valor da recuperação de custo
CQG	10.361
VITAL	8.037
ENGETEC	1.131
QGDI	13.873
LOCAV	3.236
Total	36.638

15- Resultado financeiro

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas Financeiras		
Rendimento aplicação financeira	20	6.279
Variação cambial ativa	3	65.685
Variação monetária ativa	420	1.113
Deduções sobre a receita financeira	(142)	(510)
	301	72.565
Despesas Financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(13.217)	(326.495)
Variação cambial passiva	(1)	(90.593)
Outras despesas financeiras	(2.786)	(2.302)
	(16.004)	(419.390)
Resultado financeiro líquido	(15.703)	(346.825)

(i) O impacto no resultado financeiro do exercício em 31 de dezembro de 2020 se deve basicamente a reestruturação de dívida conforme nota explicativa nº 11.

16- Gestão de Risco Financeiros

a) Considerações Gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do Grupo.

As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo.

b) Gerenciamentos de Riscos

A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

17- Notícias veiculadas em meios de comunicação

Construtora Queiroz Galvão S.A.

a) Operação Lava Jato

A Construtora Queiroz Galvão S.A. (CQG) tem sido objeto de notícias veiculadas em diversos meios de comunicação, no tocante às investigações em andamento relativas à operação denominada “Lava Jato”. Em razão disto, instaurou processos de investigações internas e externas, visando identificar eventuais descumprimentos e/ou inobservâncias à legislação aplicável às licitações públicas, as quais, não produziram qualquer resultado que aponte irregularidades deste gênero.

Por consequência de depoimentos colhidos no âmbito da “Operação Lava a Jato” alguns processos administrativos e judiciais foram instaurados, visando apurar eventuais irregularidades.

b) TCU

O Tribunal de Contas da União, em sessão plenária de julgamento do processo de acompanhamento de auditoria de conformidade de contratos, realizada em 22.03.2017, relativa ao Processo N. TC 016.991/2015-0 e apensos TC 011.765/2012-7 e TC 017.445/2016-7, tendo como entidade fiscalizada a

Eletrobrás Termonuclear S.A., proferiu acórdão, onde decidiu declarar a inidoneidade de 4 (quatro) das 7 (sete) empresas integrantes do consórcio contratado para construção e montagem eletromecânica da Usina Angra 3, dentre elas a Companhia, "para participar, por 5 (cinco) anos, de licitação na Administração Pública Federal." A CQG havia interposto recurso denominado Pedido de Reexame, o qual, no entanto, fora denegado em 20 de março de 2019, tendo sido rejeitados, ainda, embargos de declaração face a essa decisão.

Assim, a Companhia impetrou junto ao Supremo Tribunal Federal, em 11 de junho de 2019, mandado de segurança contra a decisão do TCU, tendo sido o pedido liminar concedido em 8 de agosto de 2019 para manter a suspensão dos efeitos jurídicos da decisão do Tribunal de Contas da União até o julgamento final do mandado de segurança pelo STF, julgamento este que se iniciou junho de 2020, mas está suspenso até a presente data, estando a liminar com seus efeitos vigentes.

Por sua vez, no dia 30 de maio de 2018, nos autos do processo TC 013.383/2017-5, que guarda relação com a licitação para as obras de implantação da Refinaria Abreu e Lima ("RNEST") no âmbito da Petróleo Brasileiro S.A., o TCU declarou a inidoneidade da CQG pelo prazo de 5 (cinco) anos para participar de licitação na Administração Pública Federal, bem como em certames promovidos por estados e municípios cujos objetos sejam custeados mediante recursos federais repassados por força de instrumentos de repasses pactuados. Igualmente ao caso tratado no parágrafo acima, a CQG apresentou Pedido de Reexame ao TCU, recebido por este Tribunal com efeito suspensivo e ainda pendente de julgamento.

O Tribunal se pronunciou, ainda, nos autos do processo nº 036.694/2018-5 para declarar a inidoneidade da CQG para participar de licitação promovida pela Administração Pública Federal pelo prazo de 3 (três) anos, bem como por entes estaduais ou municipais onde haja repasse de recursos federais através da formalização de instrumentos de repasse com a entidades públicas envolvidas nos certames. Esse processo se vincula a licitações promovidas pela Petrobras para a realização de obras na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR). Após a rejeição de Embargos de Declaração pelo TCU em 30 de abril de 2019, a CQG apresentou, em 25 de junho de 2019, o chamado Pedido de Reexame, tendo sido deferido efeito suspensivo ao referido Pedido, ocasião em que se mantêm suspensos os efeitos da decisão de mérito do Tribunal.

Em julho de 2020, o Pedido de Reexame foi julgado desprovido pelo TCU. Contra essa decisão, a CQG interpôs novos Embargos de Declaração, recurso com efeito suspensivo, mantendo, portanto, suspensos os efeitos da decisão de mérito do Tribunal.

Sem prejuízo do cabimento dos respectivos recursos administrativos, e conforme ocorrera no caso de Angra 3 acima, a CQG poderá recorrer ainda ao Poder Judiciário com o intuito de suspender e/ou afastar as penalidades aplicadas por aquele Tribunal de Contas.

Atualizações:

- REPAR:

De efeito, em 24/02/2021, o TCU levou a julgamento os Embargos de Declaração apresentados pela CQG, tendo-os desprovido, encerrando o procedimento na seara administrativa.

A partir disso, a CQG ingressou com Mandado de Segurança junto ao STF, requerendo liminar para a suspensão da sanção, diante das diversas ilegalidades perpetradas pela Corte de Contas.

Em 22/03/2021, em decisão monocrática do Min. Roberto Barroso, foi concedida a liminar pleiteada para suspender integralmente a penalidade.

Diante da decisão, a sanção de inidoneidade aplicada pelo TCU para o projeto REPAR não opera qualquer efeito, estando a CQG apta a licitar e contratar com qualquer esfera da Administração.

- ANGRA:

Em 30/03/2021, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal julgou, de forma definitiva, o Mandado de Segurança interposto contra a sanção de inidoneidade aplicada pelo TCU no caso de Angra 3. Por maioria, o colegiado concedeu a ordem buscada no Mandado de Segurança para anular a condenação da Corte de Contas.

Diante desta decisão, a sanção aplicada no caso de Angra não mais subsiste, garantindo à CQG a manutenção de sua plena capacidade de licitar e contratar com a Administração

c) CGU

A CQG foi parte requerida perante a Controladoria Geral da União ("CGU") no Processo nº 00190.025830/2014-63 ("PAR"), onde sobreveio declaração de inidoneidade da CQG.
Tal decisão adveio do Processo Administrativo de Responsabilização que foi instaurado em 02/12/2014 com o propósito de apurar supostas condutas presumidamente ocorridas em período anterior a 2014 no contexto das licitações e contratos celebrados com a Petrobras.

A CQG apresentou sua defesa em 25/04/2018. Porém, a CGU entendeu por bem rejeitar as alegações de defesa da CQG e, em janeiro de 2020, propôs a declaração de inidoneidade da CQG para participar de licitações promovidas pela Administração Pública, com fundamento no art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993.

Em face desta decisão, a CQG interpôs recurso administrativo (Pedido de Reconsideração), no qual postulou que a decisão fosse reconsiderada tendo em vista as falhas incorridas pela Comissão na condução do processo, nas conclusões insertas em seu Relatório Final e apontando a prescrição administrativa. Novamente a CGU rejeitou as alegações da CQG.

Por fim, em maio de 2020, a CQG ingressou na Justiça Federal do Distrito Federal com ação judicial contra a decisão da CGU, tendo obtido liminar para suspender os efeitos da decisão da CGU.

A decisão da CGU, portanto, não possui eficácia e não gera qualquer impacto nos negócios em curso: execução dos contratos e celebração de aditivos contratuais. Assim, a CQG permanece apta a participar de licitações e contratar com a Administração Pública.

É importante destacar que as atividades da Companhia não são diretamente afetadas pelas decisões supramencionadas. Os contratos celebrados e vigentes, inclusive com a Administração Pública, igualmente não sofrem qualquer descontinuidade em sua execução, nem tampouco, é atingida a capacidade de seus representantes legais de darem regular continuidade aos negócios e operações da Companhia.

18- Contingências

A administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos possui processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingência por entenderem que os riscos são de perda possível. Esses processos são de natureza trabalhista e em 31 de dezembro de 2020 totalizam R$ 184 mil.

19- Programa de Integridade

No ano de 2020, O Comitê de Ética e a Diretoria de Compliance da QGSA reforçaram sua função primordial de preservação da ética nos negócios comerciais e nas operações da QGSA e empresas controladas, conforme competência definida pelo Conselho de Administração. Cabe ressaltar a independência e autonomia do Comitê de Ética e da Diretoria de Compliance por meio de sua vinculação direta ao referido Conselho. A Diretoria de Compliance segue atuando de forma integrada com profissionais lotados nas empresas controladas (Gestores de Compliance e Agentes de Compliance), vinculados tecnicamente àquela Diretoria.

Em relação às empresas do Grupo Queiroz Galvão, cabe destacar que, baseado na evolução e eficácia de seu Programa de Compliance, a Construtora Queiroz Galvão S.A. ("CQG"), em outubro de 2020, conquistou a recomendação de auditores externos para a Recertificação na ISO 37.001:2016 – Sistema de Gestão Antissuborno, tendo sido novamente recomendada a atestação de conformidade à norma ISO 19.600:2014 – Diretrizes de Sistema de Gestão de Compliance. Vale lembrar que, em 2017, a CQG foi a primeira empresa de seu segmento a obter este certificado.

Como resultado da implementação de um Programa de Compliance robusto ao longo dos últimos anos, a Engetec Construções e Montagens S.A., em novembro de 2020, também obteve a recomendação à certificação ISO 37.001, bem como a atestação de conformidade à norma ISO 19.600. Estas conquistas evidenciam a constante evolução das diretrizes de compliance da QGSA, que vem sendo permeadas nas diversas empresas controladas.

O Grupo dedicou-se, ainda, à melhoria contínua do seu Programa de Compliance, através da capacitação de novos Agentes de Compliance e da implementação do calendário de treinamentos e do Ciclo de Palestras 2020, com temas de grande relevância ao Programa apresentados por especialistas externos. Do mesmo modo, a QGSA e empresas controladas vem cada vez mais reforçando o compromisso com a ética e a integridade no seu ambiente de negócios por meio da adoção e implantação de projetos em parceria com o Terceiro Setor.

Cumpre salientar que a CQG reforçou, em 2020, sua participação e contribuição junto à Ação Coletiva promovida pelo Pacto Global da ONU e pelo Instituto Ethos junto à cadeia de fornecedores da construção civil. A Ação Coletiva tem por objetivo disseminar a cultura de integridade em toda a cadeia de valor do segmento e incentivar que fornecedores e parceiros de negócio desenvolvam ações voltadas à implantação ou melhoria de programas de integridade.

Por sua vez, em outubro de 2020, a Vital Engenharia Ambiental S.A. ("Vital") aderiu ao IBRIC – Instituto Brasileiro de Autorregulação no Setor de Infraestrutura, dando mais um importante passo para o contínuo fomento de um ambiente integro e aumento da competitividade no setor de infraestrutura.

Ressalte-se, por fim, que a evolução dos Programas de Compliance das empresas do Grupo pode também ser constatada através do resultado obtido pela CQG, Vital e Engetec no âmbito do "Guia Temático Ethos: Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção". Com base em dados e informações referentes a

2019, conforme regramento daquele Guia, o Programa de Compliance da CQG obteve em 2020 a nota 8,8 e a Vital 8,1, demonstrando uma contínua evolução, sendo que a Engetec em sua primeira participação já obteve nota de desempenho 7,5. Cabe informar que os dados apresentados resultam da aplicação do Guia pela própria organização em regime de autoavaliação. O diagnóstico não tem, portanto, o caráter de certificação, mas o objetivo consiste em proporcionar a reflexão, aprendizagem e melhoria das práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade das empresas.